

Termo de Referência 89/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2024	112408-HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	GUSTAVO ENRIQUE SITTA	08/10/2024 10:23 (v 10.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		60550.025516/2023-67

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de Instrumentais cirúrgicos para as Seções de Cirurgia Geral, Torácica, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
INSTRUMENTAL PARA LAPAROSCOPIA - GRUPO 01							
	01	AGULHA USO MÉDICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO PONTA AGULHA: TIPO VERESS. DIMENSÕES: CERCA DE 120 MM. TIPO USO: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CÂNULA DE INSUFLAÇÃO DE VERESS 120MM;	439950	UND	01	R\$ 758,31	R\$ 758,31
	02	TROCARTE APRESENTAÇÃO: CONJUNTO MATERIAL*: AÇO INOXIDÁVEL TIPO CÂNULA: CÂNULA C/ SUPERFÍCIE LISA. VÁLVULA: VEDANTE MANUAL E AUTOMÁTICO. COMPONENTE 1: TORNEIRA P/ INSUFLAÇÃO. COMPONENTE 2: OBTURADOR PONTA DISTAL PIRAMIDAL CORTANTE DIMENSÕES: CERCA 5 X 100 MM. TIPO USO: REUTILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BAINHA JANELA 5MM, COM APROXIMADAMENTE 11CM COM VÁLVULA TORNEIRA;	446422	UND	02	R\$ 2.226,13	R\$ 4.452,26
	03	TROCARTE APRESENTAÇÃO: CONJUNTO MATERIAL*: AÇO INOXIDÁVEL. TIPO CÂNULA: CÂNULA C/ SUPERFÍCIE LISA. VÁLVULA: VEDANTE MANUAL E AUTOMÁTICO. COMPONENTE 1: TORNEIRA P/ INSUFLAÇÃO. COMPONENTE 2: OBTURADOR PONTA DISTAL PIRAMIDAL CORTANTE DIMENSÕES: CERCA 11 X 100 MM. TIPO USO: REUTILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: BAINHA JANELA 10MM, COM APROXIMADAMENTE 11CM COM VÁLVULA TORNEIRA.	446423	UND	02	R\$ 2.036,75	R\$ 4.073,50
	04	TROCARTE APRESENTAÇÃO: CONJUNTO MATERIAL*: AÇO INOXIDÁVEL. TIPO CÂNULA: CÂNULA C/ SUPERFÍCIE LISA. VÁLVULA: VEDANTE MANUAL E AUTOMÁTICO COMPONENTE 1: TORNEIRA P/ INSUFLAÇÃO. COMPONENTE 2: OBTURADOR PONTA DISTAL PIRAMIDAL CORTANTE. DIMENSÕES: CERCA 5 X 100 MM. TIPO	446422	UND	02	R\$ 745,00	R\$ 1.490,00

01		USO: REUTILIZÁVEL, DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TROCATER PONTA PIRAMIDAL 5MM, COM APROXIMADAMENTE 10CM DE COMPRIMENTO.					
	05	TROCARTE APRESENTAÇÃO: CONJUNTO. MATERIAL*: AÇO INOXIDÁVEL. TIPO CÂNULA: CÂNULA C/ SUPERFÍCIE LISA. VÁLVULA: VEDANTE MANUAL E AUTOMÁTICO. COMPONENTE 1: TORNEIRA P/ INSUFLAÇÃO. COMPONENTE 2: OBTURADOR PONTA DISTAL PIRAMIDAL CORTANTE. DIMENSÕES: CERCA 11 X 100 MM. TIPO USO: REUTILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TROCATER PONTA PIRAMIDAL 10MM, COM APROXIMADAMENTE 11CM DE COMPRIMENTO.	446423	UND	02	R\$ 1.928,33	R\$ 3.856,66
	06	TROCARTE MATERIAL*: AÇO INOXIDÁVEL. TIPO CÂNULA: CÂNULA C/ SUPERFÍCIE LISA. VÁLVULA: VEDANTE EM SILICONE. COMPONENTE 2: S/ OBTURADOR. DIMENSÕES: CERCA 11 X 100 MM. TIPO USO: REUTILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TROCATER PONTA PROTEGIDA 10MM, COM APROXIMADAMENTE 11CM DE COMPRIMENTO.	446440	UND	01	R\$ 1.283,33	R\$ 1.283,33
	07	REDUTOR USO MÉDICO. APLICAÇÃO*: P/ VEDAÇÃO TROCARTE. MATERIAL*: AÇO INOXIDÁVEL E POLÍMERO ISENTO LÁTEX NATURAL. DIMENSÕES: CERCA DE 11 PARA 5 MM. ESTERILIDADE*: REUTILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EXTRATOR DE APÊNDICE E REDUTOR DE DIAFRAGMA 10MM PARA 5MM.	446483	UND	01	R\$ 2.022,50	R\$ 2.022,50
	08	TESOURA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: P/ VIDEOCIRURGIA. TIPO*: BIPOLAR. MODELO: METZENBAUM. PONTA: PONTA CURVA. MATERIAL*: AÇO INOXIDÁVEL. DIÂMETRO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. ADICIONAL: ROTATÓRIA ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TESOURA MODELO: METZENBAUM PONTA: CURVA 5MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM.	463113	UND	01	R\$ 2.150,00	R\$ 2.150,00
	09	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO TRAUMÁTICA. MODELO 2: 2 X 3 DENTES. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 10 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA C/ MOLA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DENTADA EM GARRA 2X3, 10MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM.	465125	UND	01	R\$ 2.399,09	R\$ 2.399,09
	10	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA APLICAÇÃO: APREENSÃO TRAUMÁTICA. MODELO 2: 2 X 4 DENTES. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA APREENSÃO 2X4 DENTES, 5MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM.	465126	UND	01	R\$ 2.710,00	R\$ 2.710,00
	11	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO TRAUMÁTICA. MODELO 2: JACARÉ. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA APREENSÃO REFORÇADA, 5MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM.	465131	UND	1	R\$ 2.150,00	R\$ 2.150,00
	12	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA. MODELO 1: FENESTRADA. FORMATO PONTA: CURVA. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA APREENSÃO ESPECIAL PARA	465109	UND	1	R\$ 2.150,00	R\$ 2.150,00

	VESÍCULA, FENESTRADA, 5MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM.					
13	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: DISSECÇÃO. MODELO 1: MARYLAND. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA S/ CREMALHEIRA. OUTROS COMPONENTES: C/ CONEXÃO P/ BISTURI MONOPOLAR. CARACTERÍSTICAS. ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DISSECÇÃO MARYLAND SERRILHA CRUZADA, 5MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM.	465145	UND	1	R\$ 2.150,00	R\$ 2.150,00
14	CLIPADOR. APLICAÇÃO*: P/ VIDEOCIRURGIA. TAMANHO*: P/ CLIPES DE TITÂNIO TAMANHO MÉDIO LARGO. COMPRIMENTO HASTE: COMPRIMENTO CERCA DE 35 CM. DIÂMETRO HASTE: DIÂMETRO CERCA DE 10 MM. TIPO USO: REUTILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: APLICADOR DE CLIPES DE TITÂNIO TAMANHO MÉDIO LARGO 10MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM.	444137	UND	1	R\$ 1.845,00	R\$ 1.845,00
15	CABO. FORMATO: MONOPOLAR. COMPRIMENTO: COMPRIMENTO MÍNIMO 3,0 M. COMPATIBILIDADE 1: COMPATÍVEL COM BISTURI ELETRÔNICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CABO MONOPOLAR AUTOCLAVÁVEL COM APROXIMADAMENTE 3M, MACHO/FEMEA.	474377	UND	1	R\$ 633,13	R\$ 633,13
16	CÂNULA INSTRUMENTAL. APLICAÇÃO: P/ ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO. MODELO: VIDEOCIRURGIA. DIÂMETRO: CERCA DE 5,0 MM. HASTE: RETA. COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 36 CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TUBO DE ASPIRAÇÃO/IRRIGAÇÃO 5MM, COM APROXIMADAMENTE 36 CM DE COMPRIMENTO.	475376	UND	1	R\$ 460,00	R\$ 460,00
17	CÂNULA INSTRUMENTAL APLICAÇÃO: P/ ASPIRAÇÃO MODELO: VIDEOCIRURGIA DIÂMETRO: CERCA DE 5,0 MM HASTE: RETA COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 46 CM MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TUBO DE ASPIRAÇÃO /IRRIGAÇÃO 5MM, COM APROXIMADAMENTE 46 CM DE COMPRIMENTO.	480993	UND	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
18	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL. MODELO: MAYO HEGAR. TIPO PONTA: PONTA RETA. CARACTERÍSTICA PONTA: C/ VÍDEA. HASTE: HASTE RETA. ADICIONAL 1: COM TRAVA. COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 34 CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PORTA AGULHAS DE APROXIMADAMENTE 33CM COM DIÂMETRO 5MM.	471161	UND	1	R\$ 4.231,73	R\$ 4.231,73
19	PORTA-AGULHA P/ VIDEOCIRURGIA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. FORMATO PONTA: PONTA CURVA. ADICIONAL 1: C/ VÍDEA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA EM METAL C/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONTRA PORTA AGULHA DE APROXIMADAMENTE 33CM, E 5MM DE DIÂMETRO.	471290	UND	1	R\$ 3.346,80	R\$ 3.346,80
20	PEÇA / ACESSÓRIO - INSTRUMENTAL CIRÚRGICO TIPO 2: VÁLVULA TIPO TROMPETE, MODELO: ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO, MATERIAL 1: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO 2: P/ CÂNULA INSTRUMENTAL, VIDEOCIRURGIA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: VÁLVULA PARA TUBO DE ASPIRAÇÃO/IRRIGAÇÃO (PISTÃO DUPLO).	607832	UND	1	R\$ 2.254,00	R\$ 2.254,00
	ELETRODO BISTURI ELÉTRICO. APLICAÇÃO: P/ VIDEOCIRURGIA. TIPO USO: MONOPOLAR. TIPO: HOOK TIPO GANCHO. MATERIAL PONTEIRA: AÇO INOXIDÁVEL. DIMENSÃO PONTA: DIÂMETRO CERCA DE 5 MM. HASTE: HASTE					

21	RETA. COMPRIMENTO HASTE: CERCA DE 35 CM. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CÂNULA DE DISSECÇÃO COM GANCHO ÂNGULO RETO PERMATIP, 5MM, COM APROXIMADAMENTE 36CM DE COMPRIMENTO.	462927	UND	1	R\$ 1.006,36	R\$ 1.006,36
22	AFASTADOR CIRÚRGICO AUTOESTÁTICO. APLICAÇÃO: P/ OBESIDADE MÓRBIDA, COMPONENTE 1: C/ 3 BARRAS, COMPONENTE 2: LÂMINAS DIVERSAS, TRAVAMENTO: C/ TRAVA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AFASTADOR CIRÚRGICO AUTOESTÁTICO, APLICAÇÃO: P/ OBESIDADE MÓRBIDA, COMPONENTE 1: C/ 3 BARRAS, COMPONENTE 2: LÂMINAS DIVERSAS, TRAVAMENTO: C/ TRAVA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL.	484728	UND	1	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00
23	AFASTADOR CIRÚRGICO MANUAL MODELO: GOLDFINGER, APLICAÇÃO: P/ VIDEOCIRURGIA, FORMATO: PONTA EM "TRIÂNGULO", COMPONENTE: ARTICULÁVEL, DIMENSÃO TOTAL: CERCA DE 5 MM X 45 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AFASTADOR GOLD FINGER.	486749	UND	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
24	CAIXA P/ ESTERILIZAÇÃO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICA: C/ TAMPA, FUROS E TRAVA, DIMENSÕES 2: CERCA DE 40 X 30 X 10 CM. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAIXAS PARA ACOMODAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS.	480567	UND	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
VALOR TOTAL GRUPO 01: R\$ 53.712,67						
INSTRUMENTAL PARA CIRÚRGIA TORÁCICA - GRUPO 02						
25	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA. MODELO 1: DEBAKEY. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA S/ CREMALHEIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO DEBAKEY, 3,5MM DE LARGURA DE BOCA, MANOPLA AXIAL SEM CREMALHEIRA COM COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 36CM.	465115	UND	1	R\$ 2.374,67	R\$ 2.374,67
26	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA. MODELO 2: OVAL FENESTRADA. FORMATO PONTA: CURVA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO DE LINFONODO, CURVA PARA ESQUERDA, 11MM DE BOCA, MANOPLA SEM CREMALHEIRA COM COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 33CM.	613711	UND	1	R\$ 4.580,00	R\$ 4.580,00
27	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA. MODELO 2: OVAL FENESTRADA. FORMATO PONTA: CURVA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO DEBAKEY, CURVA PARA ESQUERDA, 11MM DE BOCA, MANOPLA COM CREMALHEIRA COM COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 36CM.	613711	UND	1	R\$ 4.580,00	R\$ 4.580,00
28	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA. MODELO 1: DEBAKEY. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA S/ CREMALHEIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO DEBAKEY, CURVA DE 6CM DE BOCA, MANOPLA	465115	UND	1	R\$ 1.799,00	R\$ 1.799,00

02		SEM CREMALHEIRA COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 31 CM.					
	29	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA. MODELO 1: DEBAKEY. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA S/ CREMALHEIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO DE DEBAKEY, CURVA DE 9,5CM DE BOCA, MANOPLA SEM CREMALHEIRA COM COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 34CM.	465115	UND	1	R\$ 1.799,00	R\$ 1.799,00
	30	PINÇA CIRÚRGICA. MODELO 1: FOERSTER. FORMATO PONTA: PONTA CURVA. TIPO PONTA: SERRILHADA. COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 32 CM. COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO FOERSTER, CURVA ESQUERDA COM 20MM DE BOCA, MANOPLA COM CREMALHEIRA E COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 33CM.	467888	UND	1	R\$ 2.095,00	R\$ 2.095,00
	31	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO TRAUMÁTICA. MODELO 2: OVAL FENESTRADA, C/ DENTE. FORMATO PONTA: CURVA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO FOERSTER, CURVA ESQUERDA COM 20MM DE BOCA, MANOPLA COM CREMALHEIRA E COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 30CM.	613710	UND	1	R\$ 4.580,00	R\$ 4.580,00
	32	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA. MODELO 2: DEBAKEY COOLEY. FORMATO PONTA: ANGULADA 90°. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 10 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA S/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE APREENSÃO 90 GRAUS, COM APROXIMADAMENTE 45MM DE BOCA, MANOPLA SEM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 33CM.	480992	UND	1	R\$ 3.770,00	R\$ 3.770,00
	33	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: DISSECÇÃO. MODELO 1: FENESTRADA. FORMATO PONTA: RETA. HASTE: HASTE ISOLADA. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA S/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE DISSECÇÃO DEBAKEY, COM MANOPLA SEM CREMALHEIRA, COM COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 30CM.	607836	UND	1	R\$ 2.682,00	R\$ 2.682,00
	34	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: DISSECÇÃO. MODELO 1: DENIS. FORMATO PONTA: CURVA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA S/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA DE DISSECÇÃO DENIS, CURVA ESQUERDA, SERRILHADA, COM MANOPLA SEM CREMALHEIRA, COM COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 33CM.	602463	UND	1	R\$ 3.993,33	R\$ 3.993,33
	35	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO. MODELO: EMPURRADOR DE NÓ. DIMENSÕES: CERCA DE 5 MM X 35 CM. APLICAÇÃO: P/ VIDEOCIRURGIA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA EMPURRADOR DE NÓ, DELICADO,	607400	UND	1	R\$ 4.580,00	R\$ 4.580,00

	COM EMPUNHADURA AXIAL, SEM CREMALHEIRA E MOLA EXTERNA, COMPRIMENTO DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 30CM.					
36	PORTA-AGULHA P/ VIDEOCIRURGIA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. FORMATO PONTA: PONTA RETA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA EM METAL C/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PORTA AGULHAS DE APROXIMADAMENTE 33CM COM DIÂMETRO 5MM.	471279	UND	1	R\$ 4.580,00	R\$ 4.580,00
37	PORTA-AGULHA P/ VIDEOCIRURGIA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. MODELO: CONTRA PORTA-AGULHA. FORMATO PONTA: PONTA CURVA. ADICIONAL 1: C/ VÍDEA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 3 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA EM METAL C/ CREMALHEIRA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONTRA PORTA AGULHA DE APROXIMADAMENTE 33CM, E 5MM DE DIÂMETRO.	471275	UND	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
38	TESOURA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: P/ VIDEOCIRURGIA. TIPO*: MONOPOLAR. MODELO: METZENBAUM. PONTA: PONTA RETA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. DIÂMETRO: CERCA DE 5 MM X 30 CM. ADICIONAL: ROTATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TESOURA RETA PARA "VATS" COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 30CM.	463101	UND	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
39	TESOURA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: P/ VIDEOCIRURGIA. TIPO: MONOPOLAR. MODELO: METZENBAUM. PONTA: PONTA RETA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. DIÂMETRO: CERCA DE 5 MM X 30 CM. ADICIONAL: ROTATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. TESOURA P/ VIDEOCIRURGIA. APLICAÇÃO: P/ VIDEOCIRURGIA. TIPO*: MONOPOLAR. MODELO: METZENBAUM. PONTA: PONTA CURVA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. DIÂMETRO: CERCA DE 5 MM X 20 CM. ADICIONAL: ROTATÓRIA. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TESOURA METZENBAUM COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 30CM.	463110	UND	1	R\$ 1.625,00	R\$ 1.625,00
40	PORTA-AGULHA P/ VIDEOCIRURGIA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. FORMATO PONTA: PONTA RETA. ADICIONAL 1: C/ VÍDEA. HASTE: HASTE S/ ISOLAMENTO. DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM. COMPONENTE: MANOPLA EM METAL C/ CREMALHEIRA. ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PORTA AGULHA RETO COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 30CM.	471282	UND	1	R\$ 2.726,50	R\$ 2.726,50
41	CABO. FORMATO: MONOPOLAR COMPRIMENTO: COMPRIMENTO MÍNIMO 3,0M COMPATIBILIDADE 1: COMPATÍVEL COM BISTURI ELETRÔNICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CABO MONOPOLAR AUTOCLAVÁVEL COM APROXIMADAMENTE 3M, MACHO/FEMEA.	474377	UND	1	R\$ 656,72	R\$ 656,72
42	PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA, APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA, MODELO 1: SATINSKY, FORMATO PONTA: BIANGULADA, HASTE: HASTE ISOLADA, DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM, COMPONENTE:MANOPLA C/ CREMALHEIRA, OUTROS COMPONENTES:C/ CONEXÃO P/ BISTURI MONOPOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA, APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA, MODELO 1: SATINSKY, FORMATO PONTA: BIANGULADA, HASTE: HASTE ISOLADA, DIMENSÃO: CERCA DE 5 MM X 35 CM, COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA, OUTROS COMPONENTES: C/ CONEXÃO P/	601039	UND	1	R\$ 4.456,65	R\$ 4.456,65

		BISTURI MONOPOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL.					
43		PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA, APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA, MODELO 1: SATINSKY, FORMATO PONTA: BIANGULADA, HASTE: HASTE ISOLADA, DIMENSÃO: CERCA DE 10 MM X 35 CM, COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA, OUTROS COMPONENTES: C/ CONEXÃO P/ BISTURI MONOPOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PINÇA P/ VIDEOCIRURGIA, APLICAÇÃO: APREENSÃO ATRAUMÁTICA, MODELO 1: SATINSKY, FORMATO PONTA: BIANGULADA, HASTE: HASTE ISOLADA, DIMENSÃO: CERCA DE 10 MM X 35 CM, COMPONENTE: MANOPLA C/ CREMALHEIRA, OUTROS COMPONENTES: C/ CONEXÃO P/ BISTURI MONOPOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL.	601040	UND	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
44		CAIXA P/ ESTERILIZAÇÃO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICA: C/ TAMPA, FUROS E TRAVA, DIMENSÕES 2: CERCA DE 40 X 30 X 10 CM. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAIXA PARA ACOMODAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO DE TODOS OS INSTRUMENTAIS COTADOS.	480567	UND	1	R\$ 3.860,00	R\$ 3.860,00
VALOR TOTAL GRUPO 02: R\$ 61.537,87							
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 115.250,54							

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Para todos os grupos do Termo de Referência, a participação é **EXCLUSIVA** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 5-0-000006/2003277691000012

II) Data de publicação no PNCP:19/05/2023

III) Id do item no PCA: 3385, 3386, 3387, 3388, 3389, 3390, 3391, 3392, 3393, 3394, 3419, 3395, 3396, 3397, 3398, 3399, 3400, 3401, 3402, 3403, 3404, 3405, 3406, 3407, 3408, 3409, 3410, 3411, 3412, 3413, 3414, 3415, 3416, 3417, 3418, 3421, 3422, 3423, 3424, 3425, 3426, 3427 e 3428.

IV) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V) Identificador da Futura Contratação: Identificador da Futura Contratação: 112408-90219 /2024.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Tendo em conta inexistência de critérios específicos de sustentabilidade para o presente objeto a Contratada, na execução do fornecimento, deverá atender, sempre que possível e cabível, os seguintes critérios, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a saber:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtores sustentáveis ou de menor impacto ambiental relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.5. Cabe ressaltar que os materiais, no momento do descarte, devem adotar o Plano de Gerenciamento de Resíduos, reduzindo, assim, possíveis riscos químicos e biológicos de serviços de saúde, conforme RDC 222/18, da ANVISA.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação **não** há necessidade de indicação de marcas de referência.

Da exigência de amostra

4.3. **Não** será exigida amostra.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. **Não** haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, de forma integral em **remessa única**.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: 12408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Estrada do Contorno do Bosque S/Nº, Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, no horário entre 7:00 às 11:00h, de segunda a sexta-feira.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. as necessidades do órgão.

5.4. Os bens deverão ser entregues no HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda à sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI); 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II); 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III); 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV). 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V). 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO GRUPO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **Integral**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 115.250,54

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 115.250,54 (cento e quinze mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem 1.1. deste Termo de Referência.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [112408/0001];
- II) Fonte de Recursos: [1000];
- III) Programa de Trabalho: [05.302.0032.20XT.0001];
- IV) Elemento de Despesa: [44.90.52];
- V) Plano Interno: [...].

11. Reajuste

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **19/07/2024**.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. Obrigações do Contratante

12.1. São obrigações do Contratante:

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;

12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e neste Termo de Referência.

12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

12.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.12. Quando exigidas, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. Obrigações do Contratado

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, além das previstas no Termo de Referência, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

14. Infrações e Sanções Administrativas

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 10% do valor do Contrato.

e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 10% do valor do Contrato.

f) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.

g) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

h) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1, a multa será de 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. Casos Omissos

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. Foro

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução das futuras contratações que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17. Classificação quanto à Lei 12.527/11

17.1. Tendo em vista o interesse público e a ampla divulgação do processo de licitação para aquisição de instrumentais cirúrgicos para as Seções de Cirurgia Geral e Torácica, julga-se não haver necessidade de classificação do presente documento nos termos da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

18. Disposições Gerais

18.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.1.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar; e

18.1.2. Apêndice II - Mapa de Gerenciamento de Riscos.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO NEVES TAVARES

Chefe da Seção de Cirurgia Torácica



Assinou eletronicamente em 08/10/2024 às 10:23:38.